

ANTÔNIO DIAS LEITE

|| POR CARMEM FEIJÓ, ADILSON DE OLIVEIRA, NIVALDE DE CASTRO E ROBERTO SATURNINO BRAGA



|| FOTO SÉRGIO CARA

O professor Antônio Dias Leite nos recebeu em sua residência no Rio de Janeiro, numa tarde no final de abril, para uma entrevista para os **Cadernos do Desenvolvimento**. Nesta entrevista, Dias Leite compartilha conosco um pouco de sua longa e rica trajetória profissional como homem público e professor da UFRJ, da qual é Emérito.

Um dos maiores especialistas em questões energéticas do país, o professor Dias Leite é autor de obra de referência sobre o setor: *A energia do Brasil*, com várias edições em português e em inglês. Ele

iniciou a entrevista de aproximadamente três horas falando sobre seus anos como assistente do professor Jorge Felipe Kafuri, na Faculdade de Engenharia da UFRJ, quando teve como aluno, um dos nossos entrevistadores, senador Saturnino Braga. Na Faculdade de Economia da UFRJ conviveu com dois outros entrevistadores, os professores Nivalde de Castro e Adilson de Oliveira.

Em sua larga experiência como homem público, foi assistente do ministro San Thiago Dantas, no governo João Goulart, e também convidado

a participar dos governos militares, assumindo o cargo de ministro das Minas e Energia no período 1969-1974. Sua trajetória nos diversos governos sempre foi marcada pela defesa incontestada das prioridades de desenvolvimento do país por meio de um planejamento econômico eficiente, no qual políticas de curto prazo não atropelassem políticas de longo prazo. Infelizmente, na avaliação do nosso entrevistado, a dimensão de longo prazo parece ter sido perdida nos últimos anos, pelo menos no que diz respeito ao planejamento do setor energético brasileiro.

Esta entrevista, em tom descontraído, é bastante oportuna na atual conjuntura de severa crise de energia no Brasil. Poder contar com as opiniões do professor Dias Leite, assim como dos seus entrevistadores, é um privilégio que estamos contentes em proporcionar aos leitores dos **Cadernos do Desenvolvimento**.

172-183 >>

CARMEM FEIJÓ. Quero agradecer ao senhor por conceder esta entrevista para os Cadernos do Desenvolvimento. Gostaria que falasse um pouco de sua formação, mas, antes de qualquer outra coisa, sanasse uma sanasse uma curiosidade: conheceu Celso Furtado pessoalmente?

ANTÔNIO DIAS LEITE. Eu conheci, mas tive pouco contato com ele, porque na época que me formei ele estava em Paris, em Santiago do Chile... ele não era local!

CARMEM. Já era internacional.

Já era internacional.

ROBERTO SATURNINO BRAGA. Não por opção própria.

CARMEM. É. Uma parte do tempo não.

Fato interessante a ser mencionado é que quando a Cepal foi criada, o ministro Raul Fernandes, de Relações Exteriores, chamou o professor Jorge Kafuri – com quem eu trabalhava, era seu assistente –, pois o Brasil tinha sido convidado para a secretaria executiva da Cepal na pessoa de Kafuri. Porém, ele era uma pessoa muito reservada e recusou. O Raul Fernandes ficou zangado com ele: “O senhor sabe que o Brasil perde o lugar por sua causa”. Kafuri retrucou: “Mas, eu não vou”. Aí, convidaram o Prebisch. E o Celso foi ser diretor da Divisão de Desenvolvimento da Cepal com Prebisch. Houve, então, um distanciamento. Podia ter sido o contrário e eu ter ido para a Cepal com o Kafuri.

SATURNINO BRAGA. Você foi assistente do Kafuri na engenharia da UFRJ. Eu fui aluno do professor Dias Leite na engenharia e o Kafuri era o catedrático.

Era catedrático, na engenharia.

SATURNINO BRAGA. Mas a cadeira era de economia política no curso de engenharia. O catedrático era o Jorge Felipe Kafuri, uma grande figura, e o Dias Leite era seu assistente. Como o Kafuri já tinha idade, só ministrava uma aula ou outra; o Dias Leite é que dava o curso.

Eu dava, segurava a peteca. No princípio eu estava mais ligado à engenharia – aliás, sempre fiquei ligado à eco-

nomia física, enquanto o Celso estava na área de história, história econômica do Brasil. Quer dizer, os caminhos também não eram convergentes, eram caminhos diferentes, além de geograficamente separados. Mas assim mesmo, nós nos encontramos várias vezes.

CARMEM. O senhor trabalhou com planejamento econômico, não? Pensei que, por essa via, pudesse ter tido algum tipo de aproximação maior.

Teve um momento de maior aproximação, quando o Celso assumiu o Ministério do Planejamento e o San Tiago Dantas assumiu o Ministério da Fazenda e me convidou para ser assistente dele. Nessa oportunidade eu me comuniquei com o Celso para nos entendermos. Foi bom, uma boa conversa, mas não aconteceu nada porque o Brizola não deixou que acontecesse coisa nenhuma. Desde o momento que assumiu, iniciou uma batalha contra o San Tiago Dantas até derrubá-lo.

SATURNINO BRAGA. O Brizola era o líder a fazer oposição, mas não era só o Brizola. Havia um grupo, o grupo mais à esquerda, que não deixou. O Jango queria fazer o possível. O projeto do Jango era pelas reformas possíveis, viáveis. O Jango tinha sensibilidade política.

San Tiago Dantas colocou um apelido no pessoal radical e eles ficaram chateados. Ele os chamava de “a esquerda negativa”.

SATURNINO BRAGA. “A esquerda negativa”, eu me lembro. (riso)

Mas a esquerda negativa ficou em cima do San Tiago.

CARMEM. O ministério de San Tiago Dantas durou quanto tempo?

San Tiago ficou cinco meses.

SATURNINO BRAGA. Que foi o mesmo prazo do Celso. A esquerda negativa derrubou o ministério que o Jango tinha plantado com muita competência.

CARMEM. Vamos falar sobre seu interesse pelas contas nacionais.

Acredito que sou o único sobrevivente do debate na Comissão de Planejamento entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Acho que não tem mais ninguém vivo que tenha assistido. Foram dois dias de debate sobre um trabalho que o Roberto Simonsen tinha apresentado pela Federação das Indústrias e a validade dele foi contestada pelo Gudin. Depois, no final, os dois concordaram. O que é importante lembrar é que não existia informação estatística no Brasil para se fazer o planejamento de um jeito ou de outro. Não tinha informação. E não tinha mesmo! Tinha estatística de comércio exterior, não de balanço de pagamento; tinha um índice de preços meio fajuto; havia as contas do orçamento do governo e ponto final. E aí, então, o dr. Gudin, que conduzia o Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, criou a equipe da renda nacional. E em um artigo dele, publicado no jornal, contou que havia me pegado pelo colarinho – expressão dele – e dito: “Vê o que você encontra aí sobre esse assunto”. Ninguém sabia o que era renda nacional. Eu procurei umas seis pessoas, ninguém conseguiu me indicar o caminho. Tive de descobrir o caminho por mim mesmo e comecei com o “roubo” de um livro da Embaixada Americana: fui à biblioteca, tirei um livro e não devolvi. Era do Departamento do Comércio americano: primeira estimativa de renda nacional nos Estados Unidos.

CARMEM. Então o senhor fez uma estimativa da renda nacional do Brasil?

A primeira que foi publicada, logo depois da guerra.

CARMEM. Quem mais o influenciou?

Jorge Kafuri, com quem comecei na qualidade de assistente. Disciplina, método e trabalho, um negócio rigoroso, tinha de ser fundamentado, para fazer uma pesquisa científica.

CARMEM. Como foi sua passagem pelo Ministério da Fazenda, com San Tiago Dantas?

Fiquei grudado em San Tiago durante cinco meses, dia e noite, inclusive nas negociações de Washington. Nós fomos discutir uma dívida que o Brasil não ia pagar de US\$ 450 milhões. Se falar este valor hoje... Teve uma influência decisiva na minha vida.

CARMEM. Participar dessa negociação?

Tomei conhecimento da política. O que me impressionava no San Tiago era o pensamento cristalino, a redação espontânea. E o que eu estranhava é que ele não deixou nada escrito de relevante. É impressionante como, com aquela inteligência, aquela clareza que tinha ao falar, ele não tenha deixado nenhuma contribuição escrita de importância.

SATURNINO BRAGA. Gostaria de fazer um parêntese. Eu me lembro de o Waldir Pires, na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara, relatar que toda semana o San Tiago chegava e dava cinco, seis pareceres brilhantíssimos, enquanto ele estudava, se esfalfava e conseguia dar um parecer. Aí, um dia, Pires perguntou ao San Tiago como é que ele conseguia aquilo. Ele disse: “Olha, eu me organizo e tenho uma secretária formidável. Pego o meu processo, leio, dito para ela, a oriento onde é que ela tem de procurar e ela compõe o texto”. Quer dizer, ele fazia tudo oralmente, falava com facilidade, uma coisa impressionante.

Ele falava como se estivesse escrevendo. E quando era gravada alguma coisa que ele havia falado, não era preciso consertar nada, nem colocar uma vírgula.

SATURNINO BRAGA. De fato, não tinha de acrescentar nada. Não era preciso rever a cópia escrita de um texto gravado. O texto já estava pronto.

O mais impressionante foi um acontecimento em Varsóvia. Ele foi homenageado e tinha de fazer um discurso, e como era uma pessoa civilizada achava que o discurso devia ser escrito para mostrar que tinha dado importância ao convite. Mas ele não escreveu, não teve tempo.

Então, levou consigo três ou quatro folhas de papel em branco e “leu” – e o seu discurso foi em francês.

SATURNINO BRAGA. Perfeito. (Risos)

NIVALDE DE CASTRO. Foi ele quem deu a aula inaugural na nossa faculdade, a Faculdade Nacional de Economia, que começou como uma instituição particular. Ele é quem fez a aula inaugural no dia 18 de dezembro de 1938. Mais uma razão para ele estar aqui na nossa conversa.

CARMEM. Bom, aí mudam os tempos. Vêm o governo militar e o Conselho Consultivo do Planejamento. Isto teve importância?

A minha contribuição foi muito limitada. Inclusive, eu me coloquei equivocadamente em oposição à orientação do governo Castelo Branco. Quer dizer, aquela posição do Roberto Campos no Conselho era para ser discutida, para ser feita outra proposta, mas não para se colocar destrutivamente como me coloquei. Eu me arrependo. Pouco aprendi e pouco contribuí. O planejamento dos governos militares foi quase sempre racionalmente conduzido com diferença de orientação. Eu só tenho uma discordância profunda do governo Geisel. Isto já é sabido.

CARMEM. Discordância sobre contrato de risco?

Sobre tudo. A pessoa do Geisel me “deixava fora de esquadro”. Ele era uma figura... Bem, não consigo fazer um comentário neutro, não consigo. Ele me detestava, não sei por quê. E era recíproco. (riso)

CARMEM. O senhor foi ministro de Minas e Energia em qual governo?

No governo Médici.

ADILSON DE OLIVEIRA. E como foi a sensação de receber o choque do petróleo?

CARMEM. Foi um impacto mundial.

Aqui no Brasil, naquela ocasião, havia dificuldade de

inserir a Petrobras na política nacional de energia. A Petrobras era uma organização autônoma, independente, com sede no Rio de Janeiro. Era esse o meu conceito da Petrobras. Mas, com o choque do petróleo, ela passou a ser um ponto focal da política nacional, e talvez nesse momento tenha entendido o seu papel na política nacional. O general Geisel, no dia em que tomou posse da presidência da Petrobras, revogou a política brasileira de petróleo de 50 anos. Ele disse que não era importante buscar a autossuficiência, mas, sim, garantir o suprimento. Ora, isso seria válido se fosse uma mercadoria escassa, mas era uma mercadoria abundante... era oferecido petróleo à vontade, o problema de autossuficiência era de segurança do país, não é? Então, ele mudou toda a política do petróleo que vinha desde a campanha “O Petróleo é nosso” por conta própria. Ele era o dono do mundo.

SATURNINO BRAGA. Ele foi presidente da Petrobras no governo de quem?

No governo Médici. Quando eu era ministro, ele era presidente da Petrobras e não falava comigo. Ele considerava que era ingerência do Ministério de Minas e Energia. Uma dificuldade. Reconheço que o que falo pode ser um pouco exagerado. Bem, quando eu propus o contrato de risco – a minha fórmula do contrato de risco preservava totalmente o monopólio –, ele vetou. Teve uma reunião nas Laranjeiras com Médici, Delfim, dr. Leitão – chefe da Casa Civil –, Figueiredo, da Casa Militar, o general Araquém, do Conselho Nacional de Petróleo, o Geisel e eu. E ele recusou discutir.

CARMEM. Não discutiu nem o tema?

Fechou o assunto totalmente. Depois, na Presidência da República, fez o contrato de risco malfeito, que não deu certo. Entendeu? Quer dizer, a minha posição a respeito dele é totalmente negativa.

NIVALDE. Posso aproveitar para aprender um pouco? Qual era a diferença da proposta que o senhor fazia? Os pontos mais relevantes da diferença com o Geisel.

O planejamento dos governos militares foi quase sempre racionalmente conduzido com diferença de orientação. Eu só tenho uma discordância profunda do governo Geisel. Isto já é sabido.

Não eram muitas diferenças, não. A época é que era muito favorável para o Brasil na hora que eu fiz e era muito desfavorável para o Brasil quando ele fez.

NIVALDE. O Brasil já estava sob a crise do petróleo.

Já estava sob a crise do petróleo. Ele perdeu uma oportunidade. A sistemática não era tão diferente, não. Evidentemente, eu acho a minha melhor. (riso)

CARMEM. Quando vem a decisão de Itaipu? É dessa época?

Não, não. Era uma coisa que já vinha sendo discutida desde a década de 1960.

NIVALDE. Há uma discussão muito grande de qual teria sido a motivação: se ela foi diplomática ou se foi no âmbito da energia elétrica, ou, ainda, se foi por um arranjo de dois governos militares.

Eu tenho a impressão de que o que dominou foram as negociações dos ministérios das Relações Exteriores, porque do lado do Paraguai estava um homem de grande categoria, o Sapena Pastor, e aqui teve, primeiro, o Silveira, e depois o Gibson Barbosa. O Silveira foi quem começou as conversas formais. A história é antiga e a importância foi que se conseguiu um entendimento. Os únicos que fizeram o papel negativo foram os argentinos.

CARMEM. Eles não queriam?

Eles não queriam solução nenhuma: eles queriam simplesmente impedir. Era uma posição extremamente negativa.

ADILSON. Na verdade, dentro do setor elétrico, havia uma tremenda oposição à Itaipu. O setor elétrico era contra Itaipu, principalmente a Cesp.

Acho que sim.

ADILSON. A Cesp era radical, contra Itaipu. Aliás, o custo de Itaipu para a Cesp foi brutal. A Cesp pagou uma conta elevada, porque ficou com diversas usinas paradas para poder incorporar Itaipu ao mercado brasileiro. Além disso, houve tremendo impacto ambiental provocado pela destruição de Sete Quedas. Havia uma oposição muito grande dentro do Brasil contra isso e só em um período militar era possível fazer uma coisa desse tipo.

SATURNINO BRAGA. É. Só em um período militar.

ADILSON. Em um ambiente democrático seria praticamente impossível.

Não, Itaipu não seria feita.

CARMEM. Professor, essa discussão sobre Itaipu se fez presente lá no Ministério ou ficou mais restrita ao Itamaraty?

Acho que nunca houve grandes reuniões em torno de Itaipu. Houve conversas ao pé do ouvido.

NIVALDE. Sobre a decisão comentada pelo Adilson: a maneira da comercialização de Itaipu. Isto passou pelo Ministério ou foi também um grupo de especialistas do setor que deu a solução de colocar cota em todas as distribuidoras da região Sul e Sudeste?

A decisão foi a seguinte: ou é bom, ou é ruim – se é bom tem de dividir entre todos, se é ruim tem de dividir entre todos. Tão simples assim... Agora, o que o Adilson está trazendo é que para São Paulo foi ruim, mas não por causa das cotas.

ADILSON. Foi por causa das cotas. E com a Light também foi. Ela tinha produção própria e foi obrigada a não usar para a energia de Furnas entrar, para a ener-

gia de Itaipu entrar. E era a mesma coisa com a Cemig. Quer dizer, todas as empresas verticalizadas naquele momento foram prejudicadas porque tiveram de diminuir a produção própria.

De novo, é aquele problema do curto e do longo prazo.

ADILSON. É, mas olhando hoje, professor, foi tão bom!

No longo prazo, foi bom para todos.

nós estamos vendendo pelo custo de serviço. Acontece que o custo do serviço dessa energia é menor que o preço que está sendo praticado no Brasil. Então, nesse sentido, “eu quero vender a energia pelo preço” é uma reivindicação em termos estritamente econômicos. Em termos contratuais e políticos é complexo, porque foi feito um contrato, o contrato diz que é na base de custo de serviço e rompemos o contrato.

O Brasil já teve um projeto nacional que compreendia metas de energia.

NIVALDE. O que está acontecendo hoje é que há uma crise hidrológica, e neste caso não tem como ninguém sofrer.

Agora, discordando um pouco do Adilson, tivemos um fato notável que foi o relatório Canambra, que estabeleceu os critérios para colocar a sequência das usinas. E foi seguido, foi obedecido durante muitos anos até que o governador de São Paulo, Paulo Egídio, resolveu lançar a usina do Baixo Paraná. Isto é, ele antecipa a usina e, então, São Paulo fica com excesso de energia prevista por causa da antecipação indevida dessa usina do plano de Canambra. Está certo?

NIVALDE. Agora, professor, e o Plano Nacional de Eletrificação de 1954? Ele teve alguma influência?

Não, não teve nenhuma importância.

CARMEM. Cerca de dois, três anos atrás, teve uma polêmica sobre o preço da energia questionado pelos paraguaios.

Aquilo não tem fundamento.

ADILSON. O contrato especifica que o preço da energia não tem nada que ver com o mercado. Ele é custo de um serviço. Alguns paraguaios argumentam o seguinte: se o mercado se faz pelo preço e não pelo custo de serviço, então essa energia deve ser vendida pelo preço, e

NIVALDE. Tem o Anexo C, que estabelece que até 2023 deve ser pago o custo do serviço financeiro, porque hoje o custo da energia de Itaipu é o financeiro.

ADILSON. Custo operacional é pouco. Agora, uma pergunta interessante é: 2023?

E eu não estarei mais aqui.

NIVALDE. Espero estar aqui até 2023. Eu espero e também não tenho muita certeza. Mas, 2023, em termos energéticos, está aí e a renegociação ainda nem foi colocada na mesa para ser discutida. O que é que o senhor acha?

Com esse pessoal incompetente que está aí vai dar errado, não é?

ADILSON. Eu acho que é um problema seriíssimo.

Não tem gente competente.

ADILSON. Principalmente por dois problemas que temos pela frente: em 2019 acaba o contrato de importação de gás da Bolívia; em 2023 acaba Itaipu. Sobre os dois temas, acho que o Ministério das Relações Exteriores deveria ter um papel determinante, senão dominante, nessas discussões, e infelizmente eu não vejo... Nem está discutindo, nem está conversando. Mas o Lula foi discutir com o Hugo Chávez, não é? Um

bestialógico de discussão dentro de um problema dessa gravidade.

NIVALDE. Gostaria de fazer um parêntese, professor, porque o senhor foi diretor da Faculdade de Economia da UFRJ e gostaria que desse uma palavra sobre a sua experiência como professor de uma maneira geral e, particularmente, como diretor da escola.

Como é que eu viro logo diretor?

ADILSON. Não, não. Na Faculdade de Economia o senhor foi convidado, se não me falha a memória, pelo Américo Cury.

Não, quem me levou para lá foi o Eugênio Gudín. Você esteve lá exatamente quando eu estive fora. Exatamente, nos anos em que eu estive em Brasília.

NIVALDE. Quando o senhor volta de Brasília, achávamos que estava chegando e, na verdade, estava voltando. Quer dizer que foi o professor Gudín que o chamou?
É. E o professor Américo Cury era diretor.

NIVALDE. Quando o senhor entrou na Faculdade de Economia, fez o concurso, a faculdade já era pública?

Quando eu fiz o concurso já era pública, pós-46.

NIVALDE. E onde ela estava localizada?

Antes de ser pública, ela estava na Rua Marquês de Olinda, numa casa antiga. Dali é que ela foi para a Praia Vermelha.

NIVALDE. Entrou no lugar da Faculdade de Arquitetura.

A Faculdade de Arquitetura saiu e a Faculdade de Economia ficou no lugar.

NIVALDE. E aí, o senhor volta para a escola depois de 1974, não é?

Depois de 1974.

NIVALDE. O senhor foi meu diretor. Foi graças ao senhor que eu comecei esse trabalho de pesquisa.

Eu me lembro.

NIVALDE. É. O senhor me deu a coisa mais valiosa lá da faculdade: uma sala. E daquela sala eu consegui motivo para fazer, por assim dizer, o milagre dos peixes.

Uma sala e...

NIVALDE. ... e a doação, o senhor conseguiu o primeiro computador da faculdade. Não sei se vocês sabem, mas eu apresentei ao professor Dias Leite o projeto de formar o núcleo de computação e audiovisual, que era uma coisa revolucionária na época. O professor concordou: “Está bem. Eu dou uma sala e vou conseguir um computador”. Em seguida, o senhor foi jantar com Olavo Setúbal.

O Olavo Setúbal tinha o projeto Itautec e eu fui a São Paulo pedir a ele uma doação. Foi uma conversa estranha por que ele queria conversar comigo sobre economia e o assunto do computador não andava. Eu já estava ficando agoniado, porque estava conversando havia horas com ele! Pensei que havia perdido a viagem. Chegou ao fim e perguntei: e o computador? Ele voltou-se para mim e disse: “Semana que vem, e na outra semana vai um técnico para instalar”.

NIVALDE. O curioso foi que o computador chegou e ninguém sabia ligá-lo.

Veio um técnico da Itautec, de São Paulo. Se tivesse pedido dez, ele teria dado.

NIVALDE. Obrigado pela lembrança, professor. O meu agradecimento ao senhor é de uma profundidade ímpar.

Tem um episódio que vale a pena lembrar. Tinha um núcleo lá na Ilha do Fundão, o Núcleo de Computação (NCE). Fizemos um protesto junto ao reitor. Não queriam que ninguém, fora do NCE, tivesse computador. Rede de computador era com eles. Lembra disso?

NIVALDE. Lembro, mas não sabia os detalhes. O senhor não me contou.

Não contei.

CARMEM. Bom, vamos adiante. Por que o Brasil ainda

não encontrou uma forma de estruturar um projeto nacional que contemple, entre suas metas, a questão da energia?

Mas acho que a pergunta está errada. O Brasil já teve um projeto nacional que compreendia metas de energia. O programa de metas do presidente JK contemplava o setor de energia na proporção de 25% dos recursos. O projeto Canambra de 1961 definiu os critérios para a expansão do sistema elétrico, que foi seguido durante muitos anos.

ADILSON. A pergunta pode ser se houve, recentemente, um projeto nacional de energia.

Recentemente não. É curto prazo, é semana que vem.

ADILSON. Professor, então eu vou fazer a pergunta. O senhor sabe que eu tenho algumas opiniões um pouco divergentes da sua, mas com todo o respeito e admiração.

Eu não vou botar o Roberto Campos no seu lugar. (riso)

ADILSON. O senhor acha que as soluções que foram dadas em relação ao modelo dos anos 1990 não indicam um planejamento para o setor elétrico? Nós tivemos um processo de reestruturação nos anos 1990 que era um modelo de privatização que aconteceu no mundo todo. Enfrentamos uma crise de racionamento cuja principal causa muitos, inclusive eu, apontam como sendo a perda da capacidade de planejamento do modelo dos anos 1990. Entramos no racionamento e aí vem um novo modelo. O senhor acha que este novo modelo não tem um planejamento do setor? Os planos dos leilões, os planejamentos de dez anos e os leilões de A menos cinco, A menos três, não indicariam que têm algum planejamento no setor?

É difícil responder. Eu acho que as coisas se complicaram com a Medida Provisória 579 de 2012.

ADILSON. A MP 579 fez mudanças substanciais em relação às usinas antigas, cujas concessões estavam vencendo. Ela foi assinada em setembro de 2012 e em outubro de 2012 começou uma crise hidrológica.

Complicou ainda mais. Eu não considero uma ideia básica da tal modicidade tarifária. Acho aquilo uma idiotice, simplesmente uma idiotice. Modicidade tarifária por decreto? “Olha, a energia vai ficar mais barata 20%”, aquilo perturbou muito as outras medidas, porque atrapalhou a cabeça das pessoas que pensavam de maneira diferente. Eu aponto dois problemas de mesma natureza: o do setor elétrico dessa Medida Provisória; e o do pré-sal, aquele negócio da partilha esdrúxula.

ADILSON. Como assim, professor?

Foi o momento de decisões estranhas. A Medida Provisória de fato teve, ainda por cima, como você disse, o racionamento. Ela não teve culpa no racionamento, não é? Racionamento não, a restrição.

ADILSON. O termo modicidade tarifária é utilizado de forma equivocada. A modicidade tarifária foi criada nos Estados Unidos como custo de serviço e o regulador tem como papel fazer com que o ente regulado não pratique preços abusivos. Este é o conceito de modicidade tarifária – nunca foi preço baixo para energia. Significa o seguinte: remunerar os investimentos adequadamente e remunerar os custos operacionais. No Brasil, em 2003, este conceito foi recriado como conceito de modicidade tarifária de custo baixo da energia e passou a ser utilizado como um mantra, quando não tem nada que ver. Modicidade tarifária, o seu preço é o seu custo e não necessariamente custo baixo. Os preços serão baixos se os custos forem baixos. É bom esclarecer isto, porque senão se cria a imagem de que a modicidade tarifária significa preços baixos – mas não significa isso.

NIVALDE. Significa preços ajustados aos custos: isto é que é modicidade tarifária.

CARMEM. Fora a crise hidrológica, pode-se dizer que o modelo atual errou na precificação dos contratos?

NIVALDE. Não, não errou, porque a capacidade instalada de geração eólica, de hidrelétrica, de termelétrica

e linha de transmissão é para dar inveja a qualquer país do mundo. Não houve o erro do físico, houve o erro de forçar taxas de remuneração que não levavam em consideração riscos que não foram precificados.

ADILSON. Tenho uma interpretação um pouco distinta, concordando um pouco com que o professor colocou. O planejamento está sendo planejado. O planejamento está aí.

Mas não tem o planejamento de 2023.

ADILSON. O planejamento está aí. Pode-se discordar dele, mas ele existe. A diferença com o que havia anteriormente é que o planejamento existia e era executado. A diferença com o que acontece hoje é que o que é planejado não é executado. Planejamento tem de ser um planejamento econômico. O físico responde ao planejamento econômico. Nós temos um planejamento tal que o parque gerador térmico, que é o que garante hoje o suprimento de energia, é um parque totalmente inadequado da economia brasileira.

Totalmente inadequado.

ADILSON. Quem foi que executou esse plano térmico? Foi o planejamento. E isso é o que o professor está chamando de mau planejamento. Certo? Agora, existe um elemento histórico que é fundamental para compreender a diferença do que nós vivemos hoje e o que nós vivemos nas décadas de 1950 e 1960. Nestas décadas, recorria-se ao Banco Mundial ou ao BID e conseguia-se financiamento a taxa de 3%-4%, com remuneração garantida de 10% do investimento. O mundo mudou e, com a globalização financeira, a taxa atual para pegar dinheiro no mercado financeiro privado, no caso brasileiro, é 20%, 25% ao ano. Então, quando se chega a essa situação, temos de mudar radicalmente a forma como enxergamos o setor elétrico e o setor de infraestrutura.

NIVALDE. Só quero fazer um adendo. Nós temos o BNDES e o BNDES financia de 60% a 70% em TJLP. Isto é um dinheiro que permitiu a ampliação da capacidade instalada.

CARMEM. Professor, em sua opinião, qual o papel do Estado no desenvolvimento do setor de energia elétrica? Vem sendo bem desempenhado?

Desde a passagem do século, a iniciativa de modificação regulamentar está sendo feita com visão de prazo curto quando se sabe que o setor requer investimento. Quer dizer, o setor está sendo agredido por excesso de regras. Já teve uma portaria que entrou em vigor, antes de ser publicada: mencionava uma data e esta data, quando foi publicada, já tinha passado. Foi prazo curto negativo.

NIVALDE. Mudando um pouco. O que o senhor acha das novas fontes de energia?

Eu acho que aí tem um problema de antagonismo entre posições racionais e posições emocionais: “Eu sou a favor do sol...” e não sei o quê. Está atrapalhando muito. Estou desviando a atenção de uma discussão de fato, para valer. E, evidente, todas elas têm o seu papel. Agora, eu levanto aqui a questão da regularidade. As pessoas que estão na defesa disso contra as hidrelétricas deveriam saber que este tipo de usina é a única forma que se conhece de acumulação de energia para compensar as variações.

SATURNINO BRAGA. Não sei por que os ambientalistas de repente ficaram tão contra as hidrelétricas. Sempre foi considerada a energia mais limpa.

ADILSON. Eles são contra a questão de reservatórios. Se for feita uma usina hidrelétrica no fio da água, eles não são contra. O reservatório é que é o problema.

Sobre o assunto dos reservatórios, descobri que foi feito um trabalho importante de verificação das emissões líquidas: a emissão do reservatório de gases de efeito estufa *versus* a emissão que se realizava no terreno ocupado. Foram feitas 133 investigações locais em um número de reservatórios. Está no relatório do Projeto Balcar.

Eles fizeram a amostragem dos 133 reservatórios, avaliando as emissões pré-enchimento e mediram fisicamente as contribuições... E daí, o conceito de emissões líquidas. Todos os reservatórios brasileiros deram um resultado de emissões líquidas significativamente me-

nores do que o de uma termelétrica de potência equivalente, exceto Balbina, porque Balbina, na Amazônia, é o nosso pecado capital. O lago da usina, comparado com Tucuruí, é 30 vezes maior.

NIVALDE. Quer dizer, então, que esse relatório prova que a usina hidrelétrica no Brasil é adequada?

A discussão continua...

NIVALDE. Agora, o único problema é que hoje o potencial hidrelétrico está na Amazônia. É só lá.

ADILSON. É. Podem ser feitas centrais de energia solar e eólica.

Não atende ao que os da energia solar e eólica querem. Como é que vai instalar a solar e a eólica sem ter onde guardar energia?

ADILSON. A energia solar e eólica, num sistema elétrico moderno, necessariamente precisa de um parque térmico de apoio. A pergunta que tem de ser feita é que tipo de térmica precisamos no Brasil. No mundo todo, depois da crise do petróleo, descobriram que havia um mar de gás natural e passou-se a usar o gás natural na geração de eletricidade. No Brasil, de certa forma, ainda temos um sistema elétrico avesso ao gás natural. É por isso que digo que a Petrobras não gosta de gás natural.

Ela não gostava do álcool. Bom, quero dizer que a Petrobras não fazia parte do Brasil, não é?

ADILSON. Continua não fazendo.

Eu achei que depois do choque do petróleo, ela começou a participar do Brasil. E agora, acha que não?

ADILSON. Eu acho que ainda...

Ainda não?

NIVALDE. Ainda não. Por exemplo, eu estou falando da questão de gás natural.

ADILSON. A questão de gás natural. Bom, como ela tem o monopólio de gás natural, nos leilões que você entra em termelétrica, tem de dar garantia...

E a garantia seria da Petrobras.

SATURNINO BRAGA. É desenvolvimento de 20 anos. É preciso dizer o período do contrato: “Eu tenho reserva para 25 anos, 20 anos”, o que é um absurdo. A Petrobras não dá a informação, e você não tem leilão, não é?

ADILSON. E esse é um dos problemas do modelo atual. Criou-se uma coisa chamada lastro, que é a questão da garantia física. A Petrobras não pode oferecer isso por razões óbvias, mas a legislação, a regulação do setor elétrico, exige isso. É um contrassenso criado pela regulação que está aí. Não está na hora de rever toda a política energética brasileira?

Não. Com esse pessoal que está aí vai ser pior. Eu acho que está tudo muito ruim. Muito ruim, inclusive, em longo prazo.

CARMEM. Quer dizer, o senhor traz a experiência desse planejamento com horizonte maior e agora o senhor não vê isso sendo praticado. Então, mesmo abstraindo dos problemas mais imediatos...

É uma regulamentação errática.

NIVALDE. É, e muito complexa.

Complexa.

NIVALDE. Como é um setor muito monopolizado, é preciso colocar regulamentação, e esta regulamentação começa a ganhar vida própria. O pessoal da diretoria de regulação de grandes empresas costuma dizer, brincando, que essa regulamentação é difícil de entender, parece javanês. É uma complicação.

É. Acho extremamente perigoso qualquer mudança agora por que não tem gente competente no governo para fazer.

CARMEM. Vou puxar a conversa para o lado do economista: será que não está faltando a visão do econo-

mista no planejamento do setor energético, dominado por engenheiros?

Agora os economistas estão voltados para a econometria, não é?

SATURNINO BRAGA. Eu queria fazer uma pergunta que ninguém fez, porque ninguém fala no assunto. É absolutamente secreto e a gente não tem nenhuma estimativa, mas essa coisa da fusão nuclear tem algum elemento que se possa dizer que isso é...

Por enquanto está longínquo ainda.

SATURNINO BRAGA. Está muito longe?

Se é muito, eu não sei.

ADILSON. Agora, o senador puxou um assunto interessante. O senhor acha que a matriz elétrica brasileira tem espaço para usinas nucleares?

Tem. Mas temos nos mostrado incapazes. Usina nuclear está demorando 20 anos para construir.

ADILSON. 1975, estamos em 2015: 40 anos, não é?

NIVALDE. O senhor acha que, com a diminuição da capacidade de regularização dos reservatórios, pela construção de novas usinas hidrelétricas de fio de água, e a entrada de fontes renováveis intermitentes, a nuclear seria opção?

É a única térmica para botar funcionando 90% do tempo. Mas nós temos nos mostrado incompetentes.

ADILSON. E o planejamento não coloca isso no cenário.
Geisel.

ADILSON. A culpa foi dele.

Ele criou o projeto nuclear.

SATURNINO BRAGA. Foi ele quem fez o acordo nuclear.

Ele fez o programa, bolou o programa nuclear independente da Marinha, do submarino atômico. Vocês têm estado em Angra dos Reis? Visitem o estaleiro onde está

sendo construído o único submarino nuclear atômico há 20 anos. É gigantesco. Estão construindo um submarino e um reator nuclear. E o princípio do enriquecimento do urânio é com eles, é propriedade deles... Quem fez isso foi o Geisel.

NIVALDE. Professor, mudando completamente de assunto. Eu tenho uma curiosidade. Soube que o senhor, por volta de 1940, ouviu o discurso do rei da Inglaterra. É verdade? O senhor estava na Inglaterra?

Na Inglaterra, não. Eu ouvi o discurso do rei aqui mesmo, pelo rádio.

NIVALDE. Eu soube que o senhor viu um filme sobre a história do discurso do rei com a sua neta e falou: “eu ouvi isso em viva voz”.

Meu pai era muito “britânico”, ele gostava muito da Inglaterra. E possuía um rádio Philco, uma caixa com uma porção de botões. Um dia, entrei na casa dele, e ele estava ouvindo o discurso do rei da Inglaterra. Ouvi ao seu lado.

ADILSON. Soube também que o seu avô construiu a ponte do Porto, sobre o rio Douro, em Portugal. Foi isso mesmo?

Não, não, meu pai é que participou. É que os franceses da Eiffel foram lá para construir a ponte e puseram anúncio oferecendo trabalho para um rapaz que pudesse servir de intérprete entre os engenheiros franceses e os mestres de obra portugueses. E o meu pai sempre teve mania de línguas. Ele tinha 14 anos, já havia recebido medalha de francês na escola e se candidatou. Ficou grudado com o engenheiro francês, fazendo a tradução durante a construção da ponte.

CARMEM. Gostaríamos, mais uma vez, de agradecer a sua entrevista.

§